

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

Tangará Energia S.A. e suas controladas

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	07
Demonstração do resultado	09
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Tangará Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tangará Energia S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tangará Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas das controladas da Sociedade são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. A Sociedade utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estomada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior.

Conforme divulgado na nota explicativa 4, em 31 de dezembro de 2023 essa estimativa totalizou R\$ 11.454 e R\$ 49.936 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente e foram mensuradas com base nas projeções de consumo de energia e calculadas com base no volume consumido de cada cliente. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Sociedade e suas controladas para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada em dezembro de 2023 considerando: 1) comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; 2) validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido nos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas, incluindo os reajustes de preços conforme contratos de venda de energia; e 3) inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente; (iv) revisão dos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas para garantir que os contratos de venda de energia foram adequadamente registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e respectivas políticas contábeis da Sociedade e de suas controladas; e (v) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas 4, e 21, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Sociedade possui ativo imobilizado no montante de R\$ 190.375 e R\$ 1.579.366 mil respectivamente, e anualmente, ou sempre que aplicável, analisa a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa. Esse valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como outras premissas adotadas no julgamento da administração, sendo que condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos e o grau de subjetividade das estimativas de valor recuperável utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação de indicativos de perda ao valor recuperável dos ativos de vida útil definida, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa; (ii) envolvimento de nossos especialistas em modelos financeiros para nos auxiliar no entendimento e revisão das premissas significativas e metodologias de cálculo adotadas pela Administração quando aplicável; (iii) comparação entre as premissas significativas utilizadas nos fluxos de caixa com as tendências econômicas, da indústria e com os dados operacionais históricos da Sociedade; (iv) avaliação da documentação de suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; e (v) avaliação das divulgações da Sociedade sobre este assunto.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Diretoria, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

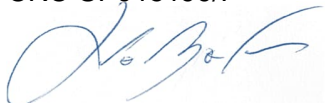
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-RJ 116.384/O

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.383	6.939	75.913	36.145
Contas a receber	4	24.037	23.305	60.450	54.233
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7	937	835	19.010	38.565
Dividendos a receber	26	47.932	46.088	-	-
Impostos a recuperar	5	8.402	9.414	17.317	17.175
Despesas antecipadas		412	552	2.251	2.604
Mútuos a receber	6	78.110	96.046	76.610	93.046
Outros		5.748	2.662	10.442	6.970
Total do ativo circulante		173.961	185.841	261.993	248.738
Não circulante					
Contas a receber	4	-	-	629	-
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7	-	-	16.782	17.152
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	168	233	168	233
Investimento	9	1.223.506	1.256.432	-	-
Imobilizado	10	190.375	226.438	1.579.366	1.696.130
Arrendamento	11	92	215	5.499	5.634
Depósitos judiciais		30	13	748	669
Total do ativo não circulante		1.414.171	1.483.331	1.603.192	1.719.818
Total do Ativo		1.588.132	1.669.172	1.865.185	1.968.556

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	12	38.650	20.667	80.971	68.675
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	81.362	82.861	112.860	100.926
Impostos e contribuições a recolher	14	1.191	796	8.647	6.461
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	225	-	225	-
Salários e encargos sociais		961	1.095	961	1.097
Dividendos a pagar	26	45.428	11.078	45.479	11.123
Arrendamento	11	105	112	572	609
Outras contas a pagar	16	59	903	-	5.453
Total do passivo circulante		167.981	117.512	249.715	194.344
Não circulante					
Contas a pagar	12	-	-	18.516	17.734
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	381.489	460.981	542.161	650.589
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	-	-	-	-
Impostos diferidos	23	8.494	9.182	8.494	9.182
Provisão para contingências	15	207	92	4.776	4.285
Arrendamento	11	11	145	5.536	5.646
Outras contas a pagar	16	-	-	6.014	5.494
Total do passivo não circulante		390.201	470.400	585.497	692.930
Patrimônio líquido					
Capital social	17	951.241	1.006.241	951.241	1.006.241
Reservas de lucros	17	47.879	40.236	47.879	40.236
Ajustes de avaliação patrimonial	17	4.287	8.241	4.287	8.241
Reserva de incentivos fiscais	17	8.784	8.784	8.784	8.784
Reservas de capital	17	17.758	17.758	17.758	17.758
		1.029.949	1.081.260	1.029.949	1.081.260
Participação de acionistas não controladores	18	-	-	23	22
Total do patrimônio líquido		1.029.949	1.081.260	1.029.972	1.081.282
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.588.132	1.669.172	1.865.185	1.968.556

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	19	205.107	195.161	496.016	481.630
Custo de geração de energia	20	(122.236)	(122.408)	(278.578)	(287.879)
Lucro bruto		82.871	72.753	217.438	193.751
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	20	(19.982)	(17.060)	(24.473)	(22.140)
Resultado com equivalência patrimonial	9	94.819	74.449	-	-
Outras despesas operacionais	21	(59)	(7.046)	(12.241)	(24.962)
		74.778	50.353	(36.717)	(47.092)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		157.649	123.106	180.721	146.659
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	4.870	6.181	16.612	15.226
Despesas financeiras	22	(77.857)	(82.946)	(99.436)	(104.642)
		(72.987)	(76.765)	(82.824)	(89.416)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		84.662	46.341	97.897	57.243
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	-	-	(13.229)	(10.896)
Diferido	23	688	(2.022)	688	(2.022)
		688	(2.022)	(12.541)	(12.918)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		85.350	44.319	85.356	44.325
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:					
Controladora		85.350	44.319	85.350	44.319
Acionistas não controladores	18	-	-	6	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	85.350	44.319	85.530	44.325
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	85.350	44.319	85.530	44.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.277.649	17.758	-	-	8.784	15.236	(172.338)	1.147.089	22	1.147.111
Redução de capital ocorrido no exercício	17.a	(99.070)	-	-	-	-	-	-	(99.070)	-	(99.070)
Redução de capital através de absorção prejuízos acumulados	17.a	(172.338)	-	-	-	-	-	172.338	-	-	-
Impostos sobre a reavaliação positiva	17.d	-	-	-	-	-	(2.323)	2.323	-	-	-
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	17.d	-	-	-	-	-	(4.672)	4.672	-	-	-
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores	17.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	44.319	44.319	6	44.325
Constituição de reserva legal	17.b	-	-	2.332	-	-	-	(2.332)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.f	-	-	-	-	-	-	(11.078)	(11.078)	(1)	(11.079)
Reserva de dividendos Complementares	17.f	-	-	-	37.904	-	-	(37.904)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.006.241	17.758	2.332	37.904	8.784	8.241	-	1.081.260	22	1.081.282
Redução de capital ocorrido no exercício	17.a	(55.000)	-	-	-	-	-	-	(55.000)	-	(55.000)
Redução de capital através de Impostos sobre a reavaliação positivo	17.d	-	-	-	-	-	187	(187)	-	-	-
Realização da avaliação Patrimonial líquida de impostos diferidos	17.d	-	-	-	-	-	(4.141)	4.141	-	-	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	17.b	-	-	-	(37.904)	-	-	-	(37.904)	-	(37.904)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	85.350	85.350	6	85.356
Constituição de reserva legal	17.b	-	-	4.258	-	-	-	(4.258)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	17.f	-	-	-	-	-	-	(43.757)	(43.757)	-	(43.757)
Reserva de dividendos Complementares	17.f	-	-	-	41.289	-	-	(41.289)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		951.241	17.758	6.590	41.289	8.784	4.287	-	1.029.949	23	1.029.972

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		85.350	44.319	85.356	44.325
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização da mais valia alocada em ativo	10	36.666	34.688	121.225	119.258
Amortização da mais valia alocado na aquisição de controladas	9	17.808	14.918	-	-
Depreciação de arrendamento	11	123	120	847	800
Baixa de arrendamento	11	-	-	-	122
Juros sobre arrendamento	11	83	26	969	527
Encargos financeiros, líquidos	6 e 13	74.730	79.640	93.029	99.680
Baixa de ativo imobilizado	10	-	1.742	8.792	6.955
Resultado de equivalência patrimonial	9	(94.819)	(74.449)	-	-
Constituição de impairment nas controladas	10	-	-	3.942	8.495
Amortização de UBP	8	65	65	65	65
Amortização de provisão para desmobilização	16	-	-	519	474
Provisão para contingências	15	115	11	491	975
Impostos diferidos	23	(688)	2.022	(688)	2.022
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		(732)	8.075	(6.846)	13.766
Impostos a recuperar		1.012	430	(142)	448
Depósitos judiciais		(17)	-	(79)	(193)
Despesas antecipadas		140	(99)	353	(393)
Outros		(3.086)	2.006	(3.473)	1.968
Depósitos restituíveis e valores vinculados		(102)	(835)	19.925	(41.245)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(9.942)	(1.367)	(14.845)	1.016
Salários e encargos sociais		(134)	(297)	(136)	(294)
Impostos e contribuições a recolher		395	(1.781)	2.186	(1.296)
Uso do bem público - UBP - Direitos de outorga	8	225	(392)	225	(392)
Outras contas a pagar		(844)	46	(5.453)	222
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		106.348	108.888	306.265	257.305
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		64.481	57.751	-	-
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada – principal	6	19.650	9.400	18.150	9.791
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	9	43.612	32.623	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	10	(602)	(1.140)	(17.195)	(20.656)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		127.141	98.634	955	(10.865)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	12.966	-	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures –	13	(80.015)	(58.492)	(97.721)	(88.892)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	13	(77.420)	(80.462)	(93.516)	(98.660)
Pagamento de arrendamento	11	(224)	(128)	(1.828)	(1.230)
Pagamento de dividendos		(47.312)	-	(47.312)	-
Redução de capital social	17	(27.075)	(89.546)	(27.075)	(89.546)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(232.046)	(215.662)	(267.452)	(278.328)

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa—Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de Caixa	1.444	(8.140)	39.768	(31.888)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6.939	15.079	36.145	68.033
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	8.383	6.939	75.913	36.145
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	1.444	(8.140)	39.768	(31.888)
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:		-		6.727
Valores pagos de CS:		-		3.948
Redução do capital social sem efeito caixa	27.925	9.524	27.925	9.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tangará Energia S.A. (“Tangará” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto social a geração e a comercialização, inclusive na modalidade varejista, de energia de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Sociedade poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética, com prévia deliberação dos acionistas.

A Sociedade mantém e explora a Usina Hidrelétrica Guaporé (“UHE Guaporé”), com potência instalada de 120 MW, localizada no Município Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 15/2000-ANEEL, e está autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente de energia e autoprodutor de energia.

O início das operações comerciais da UHE Guaporé ocorreu no dia 08 de abril de 2003, com a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. Em junho de 2003, a usina atingiu a condição de operação plena, com a operação comercial das três unidades geradoras, cada uma com potência instalada de 40 MW, resultando em uma potência instalada de 120 MW.

Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas, de acordo com o qual a Rede Energia S.A. - em recuperação judicial alienou à Turmalina Energética S.A. (“Turmalina”), sociedade que possuía sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e era, na época, integrante, do Grupo Brookfield, o controle da Sociedade. A efetiva transferência das ações e do respectivo controle da Sociedade ocorreu em 19 de maio de 2015.

Em 01 de setembro de 2017, a Sociedade incorporou sua controladora Turmalina Energética S.A., passando a ser controlada pelo Investimento Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 97,219% das ações, e investida da Santo Ivo Energética S.A, detentora de 2,78% das ações. Adicionalmente, desde 5 de agosto de 2015, a Sociedade tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,001% do capital social votante.

Além disso, a referida incorporação teve como efeito, dentre outros, a extinção da Turmalina Energética S.A., sendo registrados na Tangará os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da incorporada, inclusive a sua Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia.

Em 01 de outubro de 2021, a Sociedade incorporou sua então controlada São João Energética S.A, que foi extinta, tornando-se, portanto, sucessora da incorporada em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Em razão da referida incorporação, a Sociedade passou a ser controladora direta de Geração Centrais Eólicas RN Holding, Apollo Comercializadora Ltda., SPE Cristina Energia S.A., PCH Ze Tunin S.A., Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. e Geração Bioeletricidade Holding S.A.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Sociedade detém outorgas de concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos em 30 anos, contados a partir de 07 de julho de 1995.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a UHE Guaporé teve o prazo de sua outorga alterado para 17 de julho de 2026. A referida extensão foi firmada junto à ANEEL em 07 de outubro de 2022, com a assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/2000.

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/2022 que revisou e definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, que alterou a GF de Guaporé para 54,40 MWmed.

De acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 9.074/1995, a UHE Guaporé possui ainda o direito a solicitar prorrogação de sua concessão por período de 20 anos, uma vez que sua outorga era vigente em 11 de dezembro de 2003. A renovação depende de aprovação do Poder Concedente, logo não há garantia se será concedida, nem em quais condições.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente. Em 14 de abril de 2023 a Sociedade protocolou junto a ANEEL o pedido de prorrogação da concessão da PCH Guaporé, objeto do contrato de concessão Nº 015/2000.

A Lei nº 8.987/95, conhecida como Lei de Concessões, estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do poder concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Setores	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2003	17/07/2026

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas (Eólicas)

A Sociedade possui controle indireto em empresas de geração de energia eólica denominadas de Geração Central Eólica Renascença I S.A. ("Renascença I"), Geração Eólica Renascença II S.A. ("Renascença II"), Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A. ("Renascença III"), Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A. ("Renascença IV") e Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A. ("Ventos de São Miguel"), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração de parques eólicos, no município de Parazinho, estado do Rio Grande do Norte.

<u>Investida</u>	<u>Potência em MW</u>	<u>Nº da autorização ANEEL/MME</u>	<u>Vencimento do prazo da autorização</u>
Renascença I	30	PRT 284/2011	02/05/2046
Renascença II	30	PRT 286/2011	04/05/2046
Renascença III	30	PRT 306/2011	13/05/2046
Renascença IV	30	PRT 345/2011	02/06/2046
Ventos de São Miguel	30	PRT 283/2011	02/05/2046

As controladas indiretas de eólicas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

<u>Cliente</u>	<u>Datas dos contratos</u>	
	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>
Distribuidoras de energia	01/09/2013	31/08/2033
Partes Relacionadas	01/01/2021	31/12/2025

Em 05 de agosto de 2011, foram publicados os Despachos nº 3.191/2011, nº 3.192/2011, nº 3.193/2011, nº 3.194/2011, nº 3.191/2011, que aprova a alteração de características técnicas das EOLs Renascença I, II, III, IV e V.

Em 30 de setembro de 2013, foram publicados os Despachos nº 3.293/2013, nº 3.294/2013, nº 3.295/2013, nº 3.296/2013, nº 3.293/2013 que liberam as EOLs Renascença I, II, III, IV e V para Operação Comercial, a partir de 01 de setembro de 2013.

Em 16 de agosto de 2022, foram publicados os Despachos nº 2.249/2022, nº 2250/2022, nº 2.251/2022, nº 2.252/2022 e nº 2.253/2022 que alteraram a denominação do Complexo Eólico Renascença para Complexo Eólico Camilo Pontes, com o empreendimento EOL Renascença I sendo alterado para EOL Camilo Pontes I, EOL Renascença II sendo alterado para EOL Camilo Pontes II, EOL Renascença III sendo alterado para EOL Camilo Pontes III, EOL Renascença IV sendo alterado para EOL Camilo Pontes IV e EOL Ventos de São Miguel sendo alterado para EOL Camilo Pontes V.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas (Biomassa)

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Geração Biomassa Vista Alegre I S.A. ("Vista Alegre I"), Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A. ("Vista Alegre II"), Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda. ("Santa Cândida I") e Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda. ("Santa Cândida II") detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Usinas Termelétricas ("UTES"), na forma de produtores independentes de energia:

UTE	Potência em MW	Autorização ANEEL/MME	Local
Vista Alegre I	60	REA 1.745/2008	Maracaju – MS
Vista Alegre II	30	PRT 363/2014	Maracaju – MS
Santa Cândida I	30	RES 481/2001	Bocaina – SP
Santa Cândida II	55	PRT 391/2014	Bocaina – SP

Em 13 de outubro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 10.748 ajustou o prazo de outorga da UTE Vista Alegre I, considerando que sua outorga tem início de vigência a partir da data de operação comercial da primeira unidade geradora, em atendimento ao disposto na Lei 14.120. O novo prazo de outorga da UTE Vista Alegre I passou para 31 de julho de 2039.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração de serviços de geração de energia elétrica proveniente de usinas termelétricas movidas à biomassa. Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

As controladas indiretas de biomassa da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2018	31/12/2042
Partes relacionadas	01/01/2019	01/05/2030

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Através do Despacho nº 2.579, de 24 de agosto de 2021, a ANEEL decide suspender, a partir de 25 de agosto de 2021, a operação comercial das unidades geradoras UG1 e UG2, com 30.000 kW cada, totalizando 60.000 kW de capacidade instalada, da UTE Vista Alegre I.

Em 29 de setembro de 2021, através da Portaria nº 988, foi definido os montantes de Garantia Física das Usinas Termelétrica – UTE Vista Alegre I e Vista Alegre II, que passou a ser 0,0 MWmed.

Em 13 de outubro de 2021, foi publicado o ajuste do prazo da outorga da Usina Termelétrica – UTE Vista Alegre I, nos termos da Lei 14.120, de 1º de março de 2021, que ajusta para 30 (trinta) anos, contados a partir da data de operação comercial da primeira unidade gerador, a nova vigência passou a ser 31 de julho de 2039.

Através do Despacho nº 3.644, de 12 de novembro de 2021, a Agência (ANEEL) decide suspender, a partir de 13 de novembro de 2021, a operação comercial da unidade geradora UG1, com 30.000 kW de capacidade instalada, da UTE Vista Alegre II.

Através do Despacho nº 434, de 15 de fevereiro de 2022, a Agência (ANEEL) decide conhecer o Recurso Administrativo interposto por Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A em face do Despacho nº 3.644, de 12 de novembro de 2021, emitido pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG, que suspendeu a operação comercial a partir de 13 de novembro de 2021, da unidade geradora UG1 da Usina Termelétrica Vista Alegre II.

O período da autorização é de 35 anos, contados a partir da data de publicação da Portaria MME nº 391/2014. O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração de serviços de geração de energia elétrica proveniente de usinas termelétricas movidas à biomassa. Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Em 27 de setembro de 2019 foi publicada a Portaria nº 293/2019 que definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas termelétricas movidas a biomassa, que alterou a GF de Santa Cândida II para 15 MWmed.

Em 30 de setembro de 2020 foi publicada a Portaria nº 361/2020 que definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas termelétricas movidas a biomassa, que alterou a GF de Santa Cândida II para 20,2 MWmed.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 29 de setembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 1.672/2022 que definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas termelétricas movidas a biomassa, que alterou a GF de Santa Cândida II para 16,3 MWmed.

Em 29 de setembro de 2023 foi publicada a Portaria nº 2.623/2023 que definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas termelétricas movidas a biomassa, que alterou a GF de Santa Cândida II para 13,1 MWmed

Controladas diretas (Hidrelétricas)

A Sociedade por meio de suas controladas diretas Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. ("Rio Grande"), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A. ("PCH Zé Tunin") e SPE Cristina Energia S.A. ("SPE Cristina") detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), na forma de produtores independentes de energia:

PCH	Controlada	Potência em MW	Autorização ANEEL/MME	Local
Santo Antônio	Rio Grande	8,0	RES 1.454/2008	Bom Jardim – RJ
Caju	Rio Grande	10,0	RES 1.452/2008	São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena– RJ
São Sebastião do Alto	Rio Grande	13,2	RES 1.453/2008	São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena– RJ
Zé Tunin	PCH Zé Tunin	8,0	REA 2.994/2011	Guarani e Astolfo Dutra – MG
Cristina	SPE Cristina	3,8	RES 354/1999	Cristina – MG

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Caju, Santo Antônio, São Sebastião do Alto e Zé Tunin tiveram os prazos de outorga estendidos para 18 de janeiro de 2045, 15 de fevereiro de 2045, 08 de janeiro de 2045 e 11 de julho de 2048, respectivamente.

Em 13 de outubro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Santo Antônio, São Sebastião do Alto e Zé Tunin tiveram os prazos de outorgas estendidos para 04 de fevereiro de 2042, 18 de agosto de 2041 e 27 de dezembro de 2042, respectivamente. Já para a PCH Caju, o ajuste ocorreu por meio da Resolução Autorizativa nº 11.023, de 25 de janeiro de 2022, que alterou seu prazo para 17 de março de 2041.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foram publicadas as Resoluções Autorizativas de extensão do prazo de outorga para as PCHs Caju, Santo Antônio, São Sebastião do Alto e Zé Tunin em acordo com o disposto na Lei 14.182.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCHs Caju, Santo Antônio e Zé Tunin tiveram os prazos de outorga estendidos para 15 de março de 2048, 02 de fevereiro de 2049 e 25 de dezembro de 2049.

A PCH Cristina, por sua vez, também foi enquadrada na Resolução Homologatória nº 2.932/2021 (Lei nº 14.182 – Compensação GSF), tendo seu prazo de outorga estendido para 18 de julho de 2023, No entanto, em 25 de janeiro de 2022, teve recurso negado pela ANEEL para ajuste do prazo de outorga decorrente da Lei nº 14.120, de 2021.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH Cristina para 18 de julho de 2032.

As controladas diretas hidrelétricas da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Parte Relacionada	01/02/2019	31/12/2023
Indústria	01/01/2010	31/12/2024
Consumidor Livre	01/03/2010	30/11/2023

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controlada direta (Comercializadora)

Em 02 de outubro de 2019, foi realizado a 1º Alteração do Contrato Social pelo qual a São Carlos Energética Ltda. teve sua denominação social alterada para Apollo Comercializadora Ltda., bem como seu objeto social modificado para contemplar a comercialização de energia elétrica no mercado varejista.

Posteriormente, em 03 de outubro de 2019, foi realizada a 2º Alteração do Contrato Social, pelo qual, houve a saída das sócias Elera Renováveis S.A. (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável S.A.) e Elera Renováveis Participações S.A. (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável Participações S.A.) para ingresso de São João Energética S.A. e Santo Ivo Energética S.A. através do contrato de compra e venda de ações celebrado na mesma data.

Posteriormente, em 01 de outubro de 2021, por conta da incorporação de São João Energética S.A., a Apollo Comercializadora passou a ser controlada pela Sociedade.

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Data do contrato	
	Início	Vencimento
Partes Relacionadas	01/06/2020	31/12/2025

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, dividendos a receber, mútuos a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados, uso do bem público – UBP – Direitos de Outorga.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) *Empréstimos e recebíveis*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

b.2) *Passivos financeiros*

ii) Empréstimos e recebíveis

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, dividendos a pagar, uso do bem público (UBP), e arrendamento.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

e) Investimentos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 9), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

e) Investimentos

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

A mais valia apurada pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foi amortizado de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

Na demonstração financeira consolidada, a mais valia foi alocada na rubrica do ativo imobilizado.

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

g) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Ativo imobilizado--Continuação

demonstradas na Nota 10.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

h) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

i) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

j) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

j) Reconhecimento da receita--Continuação

A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal para comercializadora do grupo e, ao final, concluiu que está atuando como Principal, visto que ela é a responsável por atender a obrigação de desempenho dos contratos celebrados com partes relacionadas. As transações de compra e venda de energia intragrupo operadas pela Sociedade são para fins de eficiência do portfólio do grupo, caracterizando-se desta forma como portfólio de Atacado, fora do escopo da NBC TG 48 (IFRS 9).

k) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade e as controladas Bioeletricidade Holding, RN Holding e Apollo Comercializadora, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

Para as Sociedades de lucro presumido os impostos são apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

l) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

m) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos por unidade geradora de caixa com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

o) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque eólico. Tal provisão é registrada com base no fluxo de desembolso esperado trazido a valor presente.

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

o) Provisão para desmobilização de ativos--Continuação

aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

p) Meio ambiente

Todos os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão.

Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado à medida que incorrem.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2023	2022
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	100,00%
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	100,00%	100,00%
SPE Cristina Energia S.A.	99,99%	99,99%
PCH Zé Tunin S.A.	100,00%	100,00%
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	99,99%	99,99%
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	100,00%	100,00%
Controladas indiretas	2023	2022
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	100,00%	100,00%
Geração Eólica Renascença II S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	100,00%	100,00%
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	100,00%	100,00%
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	100,00%	100,00%
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	100,00%	100,00%
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	100,00%	100,00%

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	6.486	139	14.121	2.296
Aplicações financeiras	1.897	6.800	61.792	33.849
Total	8.383	6.939	75.913	36.145

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Banco Bradesco S.A.	CDB	CDI	146	-	146	-
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	750	-	56.054	22.839
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	1.001	6.800	5.592	11.010
			1.897	6.800	61.792	33.849

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda de energia	13.967	16.587	55.108	44.565
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	4.046	2.557
Contas a receber – partes relacionadas	10.070	6.718	1.925	7.111
Indenizações – parceiro de consórcio (**)	-	-	125.191	125.191
	24.037	23.305	186.270	179.424
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(125.191)	(125.191)
	24.037	23.305	61.079	54.233

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(**) As controladas indiretas da Sociedade mantêm valor a receber da Tonon Bioenergia S.A., correspondente à indenização prevista contratualmente, de forma a cobrir os custos incorridos na aquisição de energia por indisponibilidade de biomassa durante a safra 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019. Tais controladas estão se recuperando dos gastos incorridos com aquisição de energia durante a quebra de safra de cana-de-açúcar.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber--Continuação

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo a vencer (*)	11.454	16.588	49.936	52.620
Saldo vencido até 30 dias	9.271	65	9.451	429
Saldo vencido de 31 a 90 dias	407	-	1.692	50
Saldo vencido de 91 a 180 dias	2.905	-	-	118
Saldo vencido de 181 a 365 dias	-	6.650	-	616
Saldo vencido há mais de 365 dias	-	2	125.591	125.591
Total	24.037	23.305	186.270	179.424

(*) Os saldos a vencer são representados pela receita de venda de energia fornecida e não faturada.

5. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRRF a compensar	4.104	4.641	5.936	6.334
IRRF sobre aplicações financeiras	895	1.330	1.524	2.203
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	1.612	1.196
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	990	599	2.204	1.564
Total impostos diretos	5.989	6.570	11.276	11.297
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	2	2	248	24
PIS - Programa de integração social	437	506	988	997
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.945	2.307	4.432	4.538
ISS a recuperar	-	-	80	27
Outros	29	29	293	292
Total impostos indiretos	2.413	2.844	6.041	5.878
Total - Impostos a recuperar	8.402	9.414	17.317	17.175

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

Credor	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	1.500	3.000	-	-
Pérola Energética S.A	76.610	93.046	76.610	93.046
	78.110	96.046	76.610	93.046

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	96.046	103.386	93.046	100.775
Imposto sobre operação financeira	1.714	2.060	1.714	2.062
Amortização de principal	(19.650)	(9.400)	(18.150)	(9.791)
Saldo final	78.110	96.046	76.610	93.046

Operação de mútuo realizada com a controlada Geração Biomassa Vista Alegre I durante o exercício de 2020, sem incidência de juros e com data de vencimento indeterminada.

Operação de mútuo realizada entre Tangará e Pérola Energética S.A. durante o exercício de 2021, sem incidência de juros e com data de vencimento indeterminada.

7. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

A Sociedade e suas controladas adotaram de forma prospectiva a definição após mudança na política contábil do grupo devido a atualização do IAS1 que esclareceu que os saldos de caixa restritos consistem em contas das quais não se podem transferir recursos sem a aprovação expressa de terceiros.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Depósitos restituíveis e valores vinculados--Continuação

A Sociedade e suas controladas possuem saldo em conta corrente referente aos eventos financeiros apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os agentes que apresentam posição devedora na contabilização precisam depositar Garantias Financeiras na conta de custódia mantida no Bradesco Trianon. Após a contabilização final do consumo de energia, ocorre a liquidação financeira de Mercado de Curto Prazo – MCP pelo Bradesco Trianon, que consiste no pagamento e recebimento dos débitos e créditos apurados pela CCEE.

As controladas da Sociedade possuem na Conta Centralizadora do Banco Itaú saldo em conta corrente vinculado às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A conta foi constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos e só pode ser movimentada pelo Itaú, que mensalmente reserva o valor para pagamento da próxima prestação da dívida, faz a manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M, e em seguida transfere todos os recursos remanescentes para a conta livre movimento.

As controladas da Sociedade possuem na conta Reserva Especial do Itaú depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A conta é destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da Conta Centralizadora do Itaú, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas, exceto para os casos de recomposição do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M e de pagamento de dividendos para a conta reserva especial da holding.

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Banco Bradesco S.A.	Conta Corrente	-	937	835	1.170	1.974
Banco Itaú S.A.	Fundo Itaú	CDI	-	-	17.840	34.234
Banco Itaú S.A.	Conta Corrente	CDI	-	-	-	2.357
		Total curto prazo:	937	835	19.010	38.565

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	-	-	16.782	17.152
		Total longo prazo:	-	-	16.782	17.152

As controladas da Sociedade possuem, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 16.782 depositado em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de Outorga

A Sociedade, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Guaporé, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela FGV.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (pro rata temporis), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva.

A Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso do Bem Público - Direitos de Outorga:

Saldos do Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	233	298	233	298
Amortização	(65)	(65)	(65)	(65)
Saldo final	168	233	168	233

Saldos do passivo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	-	392	-	392
Juros provisionados	765	118	765	-
Pagamento	(540)	(510)	(540)	(392)
Saldo final	225	-	225	-

Passivo circulante	225	-	225	-
Passivo não circulante	-	-	-	-

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimento (Controladora)

Investidas	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	100,00%	100,00%	189.294	197.411	8.858	18.539	189.294	197.411	8.858	18.539
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	100,00%	8.157	6.722	3.541	3.266	8.157	6.722	3.541	3.266
SPE Cristina Energia S.A.	99,99%	99,99%	18.191	21.678	(547)	3.433	18.188	21.675	(547)	3.433
PCH Zé Tunin S.A.	100,00%	100,00%	53.937	57.635	568	3.915	53.937	57.635	568	3.915
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	99,99%	99,99%	176.625	159.498	49.958	48.153	176.604	159.479	49.951	48.148
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	100,00%	100,00%	399.388	417.764	32.448	(2.852)	399.388	417.764	32.448	(2.852)
Mais valia alocada na aquisição de controladas					-	-	377.938	395.746	-	-
Total					94.826	74.454	1.223.506	1.256.432	94.819	74.449

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Redução de capital nas investidas	Dividendos	Amortização da mais valia	Saldo em 2023
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	197.411	8.858	-	(16.977)	-	189.294
Apollo Comercializadora Ltda.	6.722	3.541	-	(2.106)	-	8.157
SPE Cristina Energia S.A.	21.675	(547)	(494)	(2.446)	-	18.188
PCH Zé Tunin S.A.	57.635	568	-	(4.266)	-	53.937
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	159.479	49.951	-	(32.826)	-	176.604
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	417.764	32.448	(43.118)	(7.706)	-	399.388
Mais valia alocada na aquisição de controladas	395.746	-	-	-	(17.808)	377.938
Total	1.256.432	94.819	(43.612)	(66.327)	(17.808)	1.223.506

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimento (Controladora)--Continuação

Controladas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Redução de capital		Amortização da mais valia	Saldo em 2022
			nas investidas	Dividendos		
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	200.396	18.539	-	(21.524)	-	197.411
Apollo Comercializadora Ltda.	3.862	3.266	-	(406)	-	6.722
SPE Cristina Energia S.A.	20.509	3.433	(773)	(1.494)	-	21.675
PCH Zé Tunin S.A.	57.085	3.915	-	(3.365)	-	57.635
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	166.566	48.148	-	(55.235)	-	159.479
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	452.466	(2.852)	(31.850)	-	-	417.764
Mais valia alocada na aquisição de controladas	410.664	-	-	-	(14.918)	395.746
Total	1.311.548	74.449	(32.623)	(82.024)	(14.918)	1.256.432

Principais informações sobre as empresas controladas

	2023				2022			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	202.590	13.296	189.294	8.858	208.608	11.197	197.411	18.539
Apollo Comercializadora Ltda.	37.842	28.685	8.157	3.541	37.485	30.763	6.722	3.266
SPE Cristina Energia S.A.	20.119	1.928	18.191	(547)	22.953	1.275	21.678	3.433
PCH Zé Tunin S.A.	58.353	4.416	53.937	568	59.352	1.717	57.635	3.915
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	438.443	261.818	176.625	49.958	199.099	39.601	159.498	48.148
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	426.844	27.456	399.388	32.448	441.283	23.519	417.764	(2.852)

A mais valia alocada em ativos será amortizada conforme prazo de autorização de cada usina, conforme detalhado na Nota explicativa 1. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial, foi apurado o resultado de cada controlada, entre 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Em serviço					Em curso				Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Mais valia na incorporação		
31 de dezembro de 2021	1.743	122.847	103.635	23.286	21.139	915	1.685	271.116	546.366	
Adições	-	-	-	-	-	52	1.088	-	1.140	
Baixas	-	(1.409)	-	-	(4.074)	-	(13)	-	(5.496)	
Transferências	-	1.554	-	1	-	(441)	(1.114)	-	-	
31 de dezembro de 2022	1.743	122.992	103.635	23.287	17.065	526	1.646	271.116	542.010	
Adições	-	-	-	-	-	2	600	-	602	
Transferências	-	12.233	1.694	2.296	(15.873)	-	(350)	-	-	
31 de dezembro de 2023	1.743	135.225	105.329	25.583	1.192	528	1.896	271.116	542.612	
31 de dezembro de 2021	-	(61.971)	(30.622)	(9.037)	(10.864)	-	-	(172.143)	(284.637)	
Adições de depreciação	-	(4.250)	(7.646)	(549)	(650)	-	-	-	(13.095)	
Amortização da mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	(21.593)	(21.593)	
Baixas de depreciação	-	1.123	-	-	2.631	-	-	-	3.754	
31 de dezembro de 2022	-	(65.098)	(38.268)	(9.586)	(8.883)	-	-	(193.736)	(315.571)	
Adições de depreciação	-	(3.169)	(9.117)	(610)	(161)	-	-	-	(13.057)	
Amortização da mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	(23.609)	(23.609)	
Transferência	-	(7.948)	853	(1.392)	8.488	-	-	-	-	
31 de dezembro de 2023	-	(76.215)	(46.532)	(11.588)	(556)	-	-	(217.345)	(352.237)	
Total em 31 de dezembro de 2022	1.743	57.894	65.367	13.701	8.182	526	1.646	77.380	226.438	
Total em 31 de dezembro de 2023	1.743	59.010	58.797	13.995	635	528	1.896	53.771	190.375	

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)—Continuação

	Em serviço				Em curso				Mais valia na incorporação	Ajuste a valor recuperável	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão para desmobilização	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento			
31 de dezembro de 2021	19.568	1.934.424	401.583	139.325	3.479	147.583	5.835	20.266	271.116	(164.813)	2.778.366
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.350)	(6.350)
Impairment de EBVAII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.951)	(8.951)
Adições	-	-	-	-	-	-	2.355	18.301	-	-	20.656
Baixas	-	(6.922)	-	-	-	(4.075)	(10)	(52)	-	-	(11.059)
Transferências	3.447	15.236	1.740	760	-	(628)	(603)	(19.952)	-	-	-
31 de dezembro de 2022	23.015	1.942.738	403.323	140.085	3.479	142.880	7.577	18.563	271.116	(180.114)	2.772.662
Adições	-	-	-	-	-	-	1.038	16.157	-	-	17.195
Impairment de SPECE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.942)	(3.942)
Baixa	-	(8.142)	-	-	-	-	(650)	-	-	-	(8.792)
Transferências (*)	(1.546)	129.293	6.382	(11.432)	-	(110.498)	-	(12.199)	-	-	-
31 de dezembro de 2023	21.469	2.063.889	409.705	128.653	3.479	32.382	7.965	22.521	271.116	(184.056)	2.777.123
31 de dezembro de 2021	(5.018)	(625.935)	(114.134)	(41.895)	(815)	(46.729)	-	-	(172.143)	38.485	(968.184)
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.819	4.819
Impairment de EBVAII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.987	1.987
Adições de depreciação	(314)	(75.917)	(12.510)	(3.793)	(106)	(5.025)	-	-	-	-	(97.665)
Amortização da mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.593)	-	(21.593)
Baixas de depreciação	-	1.473	-	-	-	2.631	-	-	-	-	4.104
31 de dezembro de 2022	(5.332)	(700.379)	(126.644)	(45.688)	(921)	(49.123)	-	-	(193.736)	45.291	(1.076.532)
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.686	4.686
Adições de depreciação	(311)	(84.075)	(12.993)	(3.564)	(114)	(1.952)	-	-	-	-	(103.009)
Amortização da mais valia	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.609)	-	(23.609)
Baixas de depreciação	-	707	-	-	-	-	-	-	-	-	707
Transferência (*)	318	(43.069)	(657)	2.268	-	41.140	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(5.325)	(826.816)	(140.294)	(46.984)	(1.035)	(9.935)	-	-	(217.345)	49.977	(1.197.757)
Total em:											
31 de dezembro de 2022	17.683	1.242.359	276.679	94.397	2.558	93.757	7.577	18.563	77.380	(134.823)	1.696.130
31 de dezembro de 2023	16.144	1.237.073	269.411	81.699	2.444	22.447	7.965	22.521	53.771	(134.079)	1.579.366

(*) Durante o exercício de 2023 a Sociedade efetuou transferências entre as classificações dos ativos do imobilizado a fim da Sociedade ter uma melhor classificação entre as classes de ativos. Foram transferidos os custos relacionado a cada ativo tanto como a depreciação acumulada, não havendo alteração da vida útil dos itens transferidos conforme o item b dessa nota.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

a) Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 46.032, o qual foi registrado no ativo imobilizado.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

b) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2023 e 2022 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

As controladas SPE Cristina, PCH Zé Tunin e Rio Grande efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2020 e 2021, e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos, a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizaram suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluíram que têm interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário, as usinas passaram a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este, agora, considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

b) Método de depreciação--Continuação

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

A mais valia alocada na aquisição de controladas é amortizado pelo prazo da autorização.

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

As controladas da Sociedade efetuam anualmente a revisão de mudanças circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica para efeito de teste de recuperabilidade de seus ativos, perante seu desempenho operacional e financeiro.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor recuperável das usinas foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para o período remanescente da concessão das usinas. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a queda na geração em decorrência a condições de mercado junto a parceiro de consórcio.

Após o reconhecimento da provisão de impairment referente ao exercício de 2023, A companhia possui um total de provisão para impairment nas Demonstrações Financeiras consolidadas de R\$135.835 sendo R\$86.266 referente a unidade geradora de caixa EBIOVA, R\$45.627 referente a unidade geradora de caixa EBVAII e R\$3.942 referente a unidade geradora de caixa SPECE.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, as controladas da Sociedade determinaram o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, vide tabela abaixo. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas de suas controladas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 25 de janeiro de 2022. Conseqüentemente, em fevereiro de 2022 as suas controladas reconheceram o montante adicional da tabela abaixo de R\$ 47.873, bem como extensão de listada na tabela abaixo, conforme divulgado pela CCEE.

Empresa			Extensão	Extensão
	2023	2022	Outorga (meses) 2023	Outorga (meses) 2022
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	-	13.534	-	14
PCH Zé Tunin S.A.	-	3.657	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	-	1.609	-	04
Tangará Energética S.A.	-	29.073	-	12
	-	47.873		

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento (Controladora)

Movimentação da controladora

Custo	Equipamentos
31 de dezembro de 2021	<u>353</u>
Adições	5
31 de dezembro de 2022	<u>358</u>
Adições	-
31 de dezembro de 2023	<u><u>358</u></u>
Amortização	
31 de dezembro de 2021	<u>(23)</u>
Adições de amortização	(120)
31 de dezembro de 2022	<u>(143)</u>
Adições de amortização	(123)
31 de dezembro de 2023	<u><u>(266)</u></u>
Total em 31 de dezembro de 2022	<u>215</u>
Total em 31 de dezembro de 2023	<u><u>92</u></u>

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento (Consolidado)--Continuação

Movimentação do consolidado

Custo	Terrenos	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2021	4.295	1.212	5.507
Adições	938	833	1.771
Baixas	-	(475)	(475)
31 de dezembro de 2022	5.233	1.570	6.803
Adições(remensuração)	400	312	712
Baixas	-	-	-
31 de dezembro de 2023	5.633	1.882	7.515
Depreciação			
31 de dezembro de 2021	(344)	(378)	(722)
Adições de depreciação	(160)	(640)	(800)
Baixas de depreciação	-	353	353
31 de dezembro de 2022	(504)	(665)	(1.169)
Adições de depreciação	(176)	(671)	(847)
Baixas de depreciação	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(680)	(1.336)	(2.016)
Total em 31 de dezembro de 2022	4.729	905	5.634
Total em 31 de dezembro de 2023	4.953	546	5.499

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, e delimitados às outorgas das controladas indiretas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valor nominal dos pagamentos futuros	121	275	14.587	14.583
Ajuste a valor presente	(5)	(18)	(8.479)	(8.328)
	116	257	6.108	6.255
Passivo circulante	105	112	572	609
Passivo não circulante	11	145	5.536	5.646

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento (Consolidado)--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Controladora
	Passivo
Saldo inicial	257
Adições	-
Pagamento	(224)
Juros sobre arrendamento	83
Saldos final	<u>116</u>

	Consolidado
	Passivo
Saldo inicial	6.255
Adições	712
Pagamento	(1.828)
Juros sobre arrendamento	969
Saldos final	<u>6.108</u>

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade e pelas controladas indiretas da Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Ano	Controladora	Consolidado
	2025	11	572
	2026	-	572
	2027	-	572
	A partir de 2028	-	3.820
		<u>11</u>	<u>5.536</u>

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	1.087	640	31.724	31.341
Fornecedores	8.013	6.872	9.094	12.016
Taxas ANEEL	1.411	2.195	1.411	2.195
Contas a pagar – partes relacionadas	28.139	10.941	57.191	40.571
Seguros	-	19	67	286
Total	38.650	20.667	99.487	86.409
Passivo circulante	38.650	20.667	80.971	68.675
Passivo não circulante	-	-	18.516	17.734

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Os contratos de comercialização de energia, celebrados entre as empresas eólicas controladas da sociedade (LFA-07/2010) e a Distribuidoras de energia, estabelecem que sejam apuradas, em cada ano contratual que pode ser diferente do ano civil, as diferenças entre a energia gerada e das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração, será pago em 12 parcelas mensais uniforme ao longo do ano contratual seguinte, valorado em 115% do preço de venda vigente, quando a geração de for abaixo de 90% do esperado, as empresas deverão ressarcir a CCEE no ano seguinte

Como a geração das controladas indiretas foi abaixo do esperado, tais empresas deverão ressarcir a CCEE no quadriênio seguinte, no montante de R\$ 18.516.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2023		2022	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Apollo	Partes Relacionadas	Sem encargos	-	-	13.016	-
Banco Bradesco S.A.(**)	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	55.243	261.000	47.236	315.000
Banco Bradesco S.A. (**)	2ª emissão - Debêntures	100% CDI + 2,33% a.a.	26.633	122.003	23.123	148.009
			81.876	383.003	83.375	463.009
			(514)	(1.514)	(514)	(2.028)
			81.362	381.489	82.861	460.981

(*) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

(**) A dívida acima é oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021 e ambas têm vencimento em 16 de Dezembro de 2027.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado			
				2023		2022	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença I	6.283	32.314	6.242	38.086
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença II	6.267	32.218	6.224	37.974
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença III	6.266	32.220	6.225	37.976
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença IV	6.272	32.250	6.231	38.012
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Ventos de São Miguel	6.620	32.966	6.368	38.855
Banco Bradesco S.A. (****)	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	Tangará	55.244	261.000	47.237	315.000
Banco Bradesco S.A. (****)	2ª emissão - Debêntures	100% CDI + 2,33%	Tangará	26.632	122.003	23.123	148.009
				113.584	544.971	101.650	653.912
				(514)	(1.514)	(514)	(2.028)
				(210)	(1.296)	(210)	(1.295)
				112.860	542.161	100.926	650.589

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

(***) Refere-se a gastos destinados a investimentos sociais diversos dos estipulados para implantação do projeto financiado (Ventos de São Miguel).

(****) A dívida é oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	543.842	588.130	751.515	837.325
Captação	-	12.966	-	-
Juros provisionados	75.930	81.135	94.019	101.018
Amortização – principal	(66.999)	(58.492)	(97.721)	(88.892)
Amortização - mútuo	(13.016)	-	-	-
Pagamento de juros	(77.420)	(80.462)	(93.516)	(98.660)
IOF provisionado	-	51	-	-
	462.337	543.328	654.297	750.791
Adição por Incorporação		-		-
Despesa de contratação (*)	514	514	724	724
Saldo final	462.851	543.842	655.021	751.515

Em 31 de dezembro de 2023, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	BNDES	15 de março de 2030
São João – 1ª Emissão de Debêntures	Banco Bradesco	16 de dezembro de 2027
São João – 2ª Emissão de Debêntures	Banco Bradesco	16 de dezembro de 2027

Os saldos devedores aos BNDES em suas controladas composto por principal e juros ambos são amortizados mensalmente, os saldos devedores os Banco Bradesco composto por principal mais juros, sendo o principal amortizado anualmente e os juros amortizados semestralmente.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2023, têm os seguintes vencimentos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ano		
2025	47.495	78.345
2026	94.340	125.190
2027	285.594	316.444
Após 2027	-	68.122
Total	<u>427.429</u>	<u>588.101</u>

Controladora

A Sociedade está sujeita as garantias dadas ao Banco Bradesco que incluem alienação fiduciária de dividendos, além de covenants financeiros, dentre as obrigações, o financiamento obtido exige a manutenção do saldo da dívida líquida versus o EBITDA de no máximo 4 vezes, em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade está adimplente com todas as cláusulas. A Tangará Energia S.A. é fiadora deste contrato de empréstimo (oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021).

Controladas indiretas (Éolicas)

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas constantes nos contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas escrituras das debêntures. Estas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo 1,3 vezes, o qual foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não existiram cláusulas restritivas em *default* para a Sociedade e suas controladas.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022	2023	2022
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	3.467	2.480
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	-	-	1.527	1.163
Total impostos diretos	-	-	4.994	3.643
PIS - Programa de Integração Social	124	130	281	272
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	575	602	1.298	1.254
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	3	10	225	280
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	37	27	188	160
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	202	8	650	536
Retenções - Lei nº 10.833	48	8	332	96
IOF - Impostos sobre Operações Financeiras	-	-	-	51
Outros	202	11	679	169
Total impostos indiretos	1.191	796	3.653	2.818
Total - Impostos e contribuições a recolher	1.191	796	8.647	6.461

15. Provisão para contingências

Segue, abaixo, a movimentação das contingências prováveis provisionadas pelas controladas da Sociedade:

	Controladora			
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
31 de dezembro de 2022	-	-	92	92
Adição	-	-	99	99
Atualização	-	-	16	16
31 de dezembro de 2023	-	-	207	207

	Consolidado			
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
31 de dezembro de 2022	3.078	-	1.207	4.285
Adição	-	-	153	153
Baixa	-	-	-	-
Atualização	184	-	154	338
31 de dezembro de 2023	3.262	-	1.514	4.776

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2023, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências—Continuação

Ações cíveis:

Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui uma ação cível, classificada como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 125 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2022).

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A

Em 31 de dezembro de 2023, existem contingências classificadas e provisionadas pela Rio Grande como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 3.137 (R\$ 2.962 em 31 de dezembro de 2022), referente a três ações de desapropriação.

Ações trabalhistas:

Tangará Energia S.A

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui duas ações trabalhistas, classificadas como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 206 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2022).

Santa Cândida I

Em 31 de dezembro de 2023, há quatro trabalhistas classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 1308 (R\$ 1115 em 31 de dezembro de 2022).

Santa Cândida II

Em 31 de dezembro de 2023 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Cabe ressaltar que o valor reportado em uma das RTs da Santa Cândida I, também envolve a Santa Cândida II.

Geração Bioeletricidade Holding S.A; Vista Alegre I; Vista Alegre II; Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A; Renascença I; Renascença II; Renascença III; Renascença IV; SPE Cristina Energia S.A

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2023, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências—Continuação

	2023	2022
Processos trabalhistas	331	697
Processos tributários	21.729	23.987
Processos cíveis	1.504	1.003
Processos ambientais	884	193
	24.448	25.880

Tangará Energia S.A

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui os seguintes processos classificados como possíveis: (i) tributários: uma ação anulatória, um auto de infração e um pedido de compensação; (ii) duas ações cíveis, totalizando o montante de R\$ 22.109 (R\$ 24.287 em 31 de dezembro de 2022).

Santa Cândida I

Em 31 de dezembro de 2023, há cinco ações trabalhistas classificadas como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 331 (R\$ 697 em 31 de dezembro de 2022).

Vista Alegre I

Em 31 de dezembro de 2023 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022).

Renascença I

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 472 (R\$ 451 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação indenizatória.

Renascença II

Em 31 de dezembro de 2023, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Cabe ressaltar que o valor reportado na ação indenizatória de Renascença I também envolve a Renascença II.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências—Continuação

Renascença III

Em 31 de dezembro de 2023, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Cabe ressaltar que o valor reportado na ação indenizatória de Renascença I também envolve a Renascença III.

Renascença IV

Em 31 de dezembro de 2023 existem duas ações classificadas como perda possível por seus assessores legais, relativa a um auto de infração ambiental no valor de R\$ 79 e uma ação de obrigação de fazer, no valor de R\$ 73 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Além disso, cabe ressaltar que o valor reportado na ação indenizatória de Renascença I também envolve a Renascença IV.

Ventos de São Miguel

Em 31 de dezembro de 2023 não existem ações judiciais classificadas como perda possível por seus assessores legais que impliquem em divulgação em nota explicativa (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Além disso, cabe ressaltar que o valor reportado na ação indenizatória de Renascença I também envolve a Ventos de São Miguel.

Rio Grande

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui os seguintes processos classificados como possíveis: (i) uma ação cível (desapropriação); (ii) quatro autos de infração ambiental, totalizando o montante de R\$ 615 (R\$ 445 em 31 de dezembro de 2022).

Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui uma ação cível, classificada como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 769 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Geração Bioeletricidade Holding S.A; Santa Cândida II; Vista Alegre II; Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A; SPE Cristina Energia

Em 31 de dezembro de 2023 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras contas a pagar

A composição do outras contas a pagar é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
MRE/CCEE	59	903	-	5.453
Provisão para desmobilização	-	-	6.014	5.494
Total	59	903	6.013	10.947
Passivo circulante	59	903	-	5.453
Passivo não circulante	-	-	6.014	5.494

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente a uma taxa de 9,44% e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

<u>Provisão para desmobilização</u>	2023	2022
Saldo inicial	5.494	5.020
Atualização	520	474
Saldo final	6.014	5.494

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 951.241 (em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.006.241), dividido em 121.972.407.818 (cento e vinte e um bilhões, novecentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e sete mil, oitocentas e dezoito) ações ordinárias e 1 (uma) de ação preferencial classe.

Em 30 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram redução de capital no montante de R\$ 55.000, sem o cancelamento de cotas, por considerá-la excessiva em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

Em 30 de dezembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, retificaram redução de capital da AGO de 18 de março de 2022, no montante de R\$ 592, sendo a redução de capital total de R\$ 271.408.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 18 de março de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 272.000, sendo 172.338 para absorção do prejuízo acumulado e R\$ 99.070 destinado ao pagamento de acionistas, sem o cancelamento de quotas.

A cada ação ordinária é conferido um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A ação preferencial classe "R", inconversível em ações ordinárias, não tem direito a voto e goza das seguintes vantagens:

- (a) Recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social.
- (b) Prioridade, em caso de liquidação da Sociedade, no recebimento do capital e no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

O Estatuto Social determina que o não pagamento de dividendos previstos supra, por três exercícios consecutivos, conferirá às ações preferenciais o direito a voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do direito de voto não implicará perda para essas ações de sua qualidade de preferenciais.

Sem prejuízo dos direitos assegurados às ações preferenciais classe "R", elas poderão ser objeto de resgate pela Sociedade.

O resgate das ações preferenciais classe "R" será realizada por deliberação da Assembleia Geral, nas condições previstas no Artigo 7º do estatuto social, sendo condicionado à integralização total de tais ações e se dará tendo referência a data início da operação da Usina, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora, acordada, para os efeitos do resgate, em 31 de março de 2003.

O resgate das ações preferenciais classe "R" será em períodos trimestrais, em quantidade correspondente a 1/32 (um trinta e dois avos) do total das ações, a partir do 2º ano da data de início da operação comercial, acordada, para os efeitos de resgate, em 31 de março de 2003, devendo estar concluído em até 8 (oito) anos. O processo de resgate das ações preferencias classe "R" se iniciou e foi concluído antes da efetiva transferência das ações da Sociedade para a Turmalina Energética S.A., sendo certo que na data-base 31/12/2015, a totalidade menos uma das ações preferenciais classe "R" foram resgatadas pela Sociedade e mantidas em tesouraria e, nesta condição, a essas ações atualmente não têm direito a dividendo nem voto, conforme artigo 30, §4º da Lei nº 6.404/76.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

e.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Reservas de capital

A reserva de capital, registrada no patrimônio líquido de Tangará se refere ao registro em setembro de 2017, mediante a incorporação reversa do acervo líquido dos ativos e passivos do antigo controlador direto da Companhia, a entidade Turmalina Energética S.A., na qual a controlada Tangará sucedeu a controladora Turmalina no direito de amortização, para fins fiscais.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, realizada em 1º de janeiro de 2009 conforme o CPC 27 e ICPC 10 foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores são transferidos a conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado e o imposto de renda e contribuição social apropriado ao resultado.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de incentivos fiscais

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, laudo constitutivo nº 014/2015, o incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, concedendo à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024. Por questões administrativas da Receita federal, o benefício fiscal só pode ser utilizado a partir do segundo trimestre de 2017.

Em dezembro de 2017, esse benefício refletiu diretamente nas demonstrações financeiras. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos foram registradas na rubrica "Imposto de Renda" no resultado do exercício e na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais" no patrimônio líquido (Lei nº 11.638/07).

Em 15 de junho de 2015, Sociedade obteve o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, durante o período de 2015 a 2024. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ, a Sociedade passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9%, totalizando uma alíquota de IRPJ e CSLL de 15,25%.

f) Dividendos

O Estatuto Social determina que, após a destinação para a reserva legal (5% do lucro líquido do exercício, a qual não pode exceder de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76), o lucro líquido deve se destinar:

- (a) importância destinada ao Pagamento do Dividendo Fixo assegurado às ações preferenciais classe "R", nos termos do art. 6º, I, do Estatuto Social;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para o pagamento de remuneração aos acionistas. No caso das demais ações preferenciais, a remuneração será 10% (dez por cento) maior do que a atribuída aos titulares de ações ordinárias;
- (c) o saldo remanescente, se houver, será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Durante o exercício a Sociedade apresentou prejuízos acumulados.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

Em 29 de dezembro de 2023, os acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 43.757, dos quais R\$ 182 foram retidos para pagamento de tributos, remanescendo o valor líquido de R\$ 43.575, considerados como dividendos, conforme preconizam as normas contábeis vigentes.

Em 30 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 33.233.

Em 30 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes parte do saldo da realização da avaliação patrimonial, no valor de R\$ 1.853.

Em 30 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes parte do saldo da realização da avaliação patrimonial, no valor de R\$ 2.818.

g) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico é diluído por ação. O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Número de ações ordinárias no início do exercício	121.972.407.819	121.972.407.819	121.972.407.819	121.972.407.819
Número de ações ordinárias no término do exercício	121.972.407.819	121.972.407.819	121.972.407.819	121.972.407.819
Lucro líquido do exercício	85.350	44.319	85.356	44.325
Número médio ponderado das ações no exercício	121.972.407.819	121.972.407.819	121.972.407.819	121.972.407.819
Lucro/(Prejuízo) por ação – em reais	0.07	0.04	0.07	0.04

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Participação dos acionistas não controladores

2023

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
SPE Cristina	0,012%	18.190	(548)	2	-
RN Holding	0,012%	176.625	49.958	19	6
Total				23	6

2022

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
SPE Cristina	0,012%	21.678	3.433	3	-
RN Holding	0,012%	159.498	48.153	19	6
Total				22	6

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia				
Venda de energia elétrica	210.646	201.346	491.378	418.331
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	399	367	23.665	100.607
Resultado com MRE/CCEE (*)	2.512	1.436	14.971	7.872
	213.557	203.149	530.014	526.810
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre a venda				
ICMS	-	(4)	(12.242)	(13.120)
PIS	(1.505)	(1.422)	(3.876)	(5.714)
COFINS	(6.945)	(6.562)	(17.880)	(26.346)
Receita operacional líquida	205.107	195.161	496.016	481.630

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

20. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo de geração de energia				
Compra de energia elétrica	49.004	47.510	49.004	47.378
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	-	32.903	46.314
Compra de energia elétrica – Comercialização	3.873	-	-	-
Compra de energia – Comercialização – partes relacionadas	-	5.860	-	-
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	(470)	(113)	(4.533)	(14.492)
Royalties ANEEL	13.416	15.713	31.264	33.028
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	14
	65.823	68.970	108.638	112.242
Custo com a operação				
Serviços de terceiros	2.119	1.990	24.481	27.473
Seguros	8.836	8.510	13.095	12.527
Pessoal	6.348	6.993	6.490	7.076
Depreciação	36.862	34.865	104.427	100.396
Manutenção	249	218	4.185	3.457
MRE/CCEE (*)	1.333	297	9.811	16.360
Aluguéis e utilidades	2	2	2.549	3.068
Outros	562	563	4.421	5.280
	56.413	53.438	169.940	175.637
Total do custo de geração de energia	122.236	122.408	278.578	287.879

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Divulgação dos custos e das despesas por natureza--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	102	69	481	926
Viagens	-	2	-	11
Serviços de terceiros	545	702	1.143	1.585
Seguros	501	214	502	214
Pessoal	26	11	240	126
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	6
Amortização de mais valia alocada	17.808	14.918	17.808	14.918
Serviços de administração – partes relacionadas	1.028	1.095	4.512	4.129
Promoção e publicidade	74	49	264	225
Outros	-	-	7	-
Total das despesas gerais e administrativas	19.982	17.060	24.473	22.140

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

21. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Multas e juros sobre tributos	(34)	(14)	(263)	(88)
Perda do valor recuperável	-	-	(3.942)	(13.314)
Ganho (perda) na venda de ativos	-	(1.689)	(7.776)	(6.331)
Baixa e atualização de projetos	-	-	(454)	(2)
Custos com liquidação de processos judiciais	-	(5.342)	-	(5.347)
ICMS sobre vendas ou alienações de ativos	-	-	(32)	-
Outros	(25)	(1)	226	120
Total	(59)	(7.046)	(12.241)	(24.962)

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	4.035	6.180	15.571	15.131
Variação monetária e cambiais, líquidas	835	1	1.041	1
Outros	-	-	-	94
Total	4.870	6.181	16.612	15.226
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	75.931	81.135	94.019	101.018
Juros sobre arrendamento	15	26	521	527
Despesas com letras de crédito	18	76	47	79
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	1	-	1
Multas e encargos sobre empréstimos	803	952	1.097	1.162
Atualização de contingências	40	163	1.093	406
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	-	-	519	474
Outros	1.050	593	2.140	975
Total	77.857	82.946	99.436	104.642

23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Corrente				
Imposto de renda	-	-	8.930	7.261
Contribuição social	-	-	4.299	3.635
Total do imposto corrente	-	-	13.229	10.896
Diferido				
Imposto de renda	(398)	1.271	(398)	1.271
Contribuição social	(290)	751	(290)	751
Total do imposto diferido	(688)	2.022	(688)	2.022
Total com despesas de impostos	(688)	2.022	12.541	12.918

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos da controladora e consolidado:

	2023	2022
Tributos diferidos		
Prejuízos fiscais e base negativa	3.640	3.935
Provisões temporárias	141	279
Extensão Outorga - GSF	(4.139)	(5.073)
Custo atribuído ativo imobilizado	(8.136)	(8.323)
Total tributos diferidos, líquidos	(8.494)	(9.182)

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, foram reconhecidos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico da Sociedade.

	2023		2022	
	Base de cálculo	IR e CS	Base de cálculo	IR e CS
Ativo				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	236.771	73.310	201.081	57.955
Provisões temporárias	925	141	1.828	279
(-) Créditos fiscais não constituídos	(225.014)	(69.669)	(187.428)	(54.020)
	12.682	3.781	15.481	4.214
	2023		2022	
	Base de cálculo	IR e CS	Base de cálculo	IR e CS
Passivo				
Custo atribuído	44.388	14.695	44.388	14.328
(-) Depreciação/baixas	(19.811)	(6.560)	(18.605)	(6.005)
Extensão Outorga - GSF	15.540	4.140	21.556	5.073
	40.117	12.275	47.339	13.396
Total IR diferido patrimonial	-	8.494	-	9.182

Todas as controladas da Sociedade tributaram o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, exceto para as controladas Bioeletricidade Holding, Vista Alegre I, RN Holding e Apollo Comercializadora, que foram tributadas pela sistemática do lucro real.

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas Bioeletricidade Holding, Vista Alegre I, Vista Alegre II, RN Holding e Apollo Comercializadora possuíam um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$13.728, e em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$16.686. O total dos prejuízos fiscais das controladas em 31 de dezembro de 2023 é de R\$40.377 (em 31 de dezembro de 2022 era de R\$49.075).

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição social	84.663	46.341	97.899	57.243
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (1)	(28.785)	(15.755)	(33.286)	(19.415)
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	32.238	25.313	-	-
Juros sobre capital próprio (5)	14.815	-	14.815	-
Mais valia	(3.985)	(3.809)	(4.965)	(4.983)
Diferido - variação alíquota 25% para 6,25% (3)	(13.595)	(7.770)	(13.595)	(7.770)
Diferencial tributação presumido	-	-	23.620	23.616
Crédito tributário diferido não constituído (4)	-	-	(2.314)	(4.857)
Reversão (constituição) de créditos fiscais (2)	-	-	869	491
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	688	(2.022)	(12.542)	(12.918)

- (1) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.
- (2) Representado, substancialmente, pelo reconhecimento contábil do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporárias.
- (3) A variação na alíquota se refere à diferença do reconhecimento de alíquota nominal e do reconhecimento da alíquota reduzida em função do Lucro da Exploração. Este diferido é calculado com alíquota de 15,25% e a alíquota nominal do IRPJ/CSLL é de 34%, e consequentemente ocasionando uma variação, que foi reconciliada para fins de registro dos impactos das diferenças temporárias de IRPJ/CSLL na demonstração do resultado do exercício.
- (4) As controladas optantes do lucro real, em 2022, não constituíram créditos tributários diferido em função da falta da expectativa e do histórico de geração de lucros tributáveis futuros.
- (5) Em 2023, a Sociedade realizou o pagamento de juros sobre capital próprio a seus acionistas como forma de remunerar o capital investido. Tal mecanismo traz um benefício fiscal decorrente da possibilidade de exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos valores pagos aos acionistas a título de juros sobre capital próprio.

24. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Contas a receber					
Água Clara Energética S.A.	(a)	7	-	7	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	5	-	-	-
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(a)	4	-	4	7.102
Elera Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	39	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	-	-	330	-
Caçador Energética S.A.	(a)	2	-	2	-
Cotiporã Energética S.A.	(a)	2	-	2	-
Elera Renováveis S.A.	(a)	-	7	1.430	7
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(a)	2	-	2	-
Energética Ponte Alta S.A.	(a)	1	-	1	-
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(a)	1	-	1	-
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	(a)	9.563	6.650	-	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	40	-	-	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	26	-	-	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	27	35	-	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	27	-	-	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(a)	16	13	-	-
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(a)	40	-	-	-
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(a)	42	-	-	-
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(a)	44	-	-	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	40	-	-	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(a)	40	-	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	50	11	-	-
Linha Emília Energética S.A.	(a)	-	-	59	-
Growth Power Investments LLC.	(a)	5	-	5	-
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(a)	2	2	2	2
Itiquira Energética S.A.	(a)	-	-	-	-
Lagoa Azul Energética S.A.	(a)	3	-	3	-
Lumbrás Energética S.A.	(a)	1	-	1	-
Pantanal Energética Ltda.	(a)	3	-	3	-
PCH Zé Tunin S.A.	(a)	32	-	-	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	1	-	1	-
Rio Glória Energética Ltda.	(a)	9	-	9	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(a)	2	-	2	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(a)	1	-	1	-
Eólica Pontal 2B S.A.	(a)	-	-	3	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(a)	3	-	3	-
São Geraldo Energética Ltda.	(a)	3	-	3	-
São Luiz Energética S.A.	(a)	1	-	1	-
Serra Negra Energética S.A.	(a)	1	-	1	-
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	14	-	-	-
TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.	(a)	1	-	1	-
Zona da Mata Geração S.A.	(a)	9	-	9	-
		10.070	6.718	1.925	7.111
Dividendos a receber					
Apollo Comercializadora Ltda.	(b)	2.513	407	-	-
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	(b)	7.706	-	-	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(b)	24.138	39.532	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(b)	7.979	4.404	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(b)	3.996	930	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(b)	1.600	815	-	-
		47.932	46.088	-	-

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Mútuos a receber					
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(c)	1.500	3.000	-	-
Pérola Energética S.A.	(c)	76.610	93.046	76.610	93.046
		78.110	96.046	76.610	93.046
Passivo					
Contas a pagar					
Apollo Comercializadora Ltda.	(d)	-	495	-	-
Elera Renováveis S.A.	(d)	214	650	27.059	30.209
Elera Comercializadora Ltda.	(d)	-	-	397	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(d)	-	-	1.788	-
Deborah Brandao Guatimosim Carneiro (Minoritário de EGCERN e SPECE)	(d)	-	-	1	-
Growth Power Investments LLC.	(d)	-	-	12	-
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(d)	27.121	9.524	27.121	9.524
Itiquira Energética S.A.	(d)	-	-	-	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(d)	-	-	-	556
Santo Ivo Energética S.A.	(d)	804	272	804	272
Outros acionistas não controladores de RN Holding	(d)	-	-	9	10
		28.139	10.941	57.191	40.571
Passivo					
Dividendos a pagar					
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(e)	44.165	10.770	44.165	10.770
Santo Ivo Energética S.A.	(e)	1.263	308	1.263	308
Outros acionistas não controladores de RN Holding	(e)	-	-	51	45
		45.428	11.078	45.479	11.123
Mútuos a pagar					
Apollo Comercializadora Ltda.	(f)	-	13.016	-	-
		-	13.016	-	-
Receita					
Venda de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(g)	399	367	-	-
Elera Renováveis S.A.	(g)	-	-	19.829	15.211
Elera Comercializadora Ltda.	(g)	-	-	3.836	80.010
Elera Gestão e Energia S.A.	(g)	-	-	-	4.288
Phoenix Geração de Energia S.A.	(g)	-	-	-	546
Savana Geração de Energia S.A.	(g)	-	-	-	552
		399	367	23.665	100.607
Custo					
Compra de energia					
Brasil Central Energia Ltda.	(i)	3.461	-	-	-
Elera Renováveis S.A.	(i)	412	-	22.956	27.012
Elera Comercializadora Ltda.	(i)	-	-	8.002	14.233
Elera Gestão e Energia S.A.	(i)	-	-	1.945	3.391
Phoenix Geração de Energia S.A.	(i)	-	-	-	825
Savana Geração de Energia S.A.	(i)	-	-	-	853
		3.873	-	32.903	46.314

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Custo					
Compra de energia (comercialização) Apollo Comercializadora Ltda.	(j)	-	5.860	-	-
		-	5.860	-	-
Serviço de ADM					
Elera Renováveis S.A.	(k)	1.028	1.095	4.512	4.129
		1.028	1.095	4.512	4.129

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (f) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (g) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (h) Venda de energia elétrica, acima da Garantia Física, para outras empresas do grupo;
- (i) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (j) Compra de energia elétrica, para operações acima da Garantia Física, de outras empresas do grupo;
- (k) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

A remuneração dos administradores das Sociedades em 2023 foi de R\$192.

25. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 700.000 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2022).

Controladas em operação

A Sociedade e suas controladas têm como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros--Continuação

Abaixo o resumo das coberturas dos ativos em operação separados por grupo de geração, PCHs, Biomassas e Eólicas:

PCHs – Tomador Tangará Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 400.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2022).

Biomassas – Tomador Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.

Em 31 de dezembro de 2023, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 600.000 (R\$ 600.000 em 31 de dezembro de 2022).

Eólicas – Tomador Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 1.100.000 (R\$ 1.100.000 em 31 de dezembro de 2022).

26. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros	Controladora					
	2023			2022		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	8.383	8.383	-	6.939	6.939
Mútuos a receber	78.110	-	78.110	96.046	-	96.046
Contas a receber	24.037	-	24.037	23.305	-	23.305
Depósitos judiciais	-	30	30	-	13	13
Dividendos a receber	47.932	-	47.932	46.088	-	46.088
	150.079	8.413	158.492	165.439	6.952	172.391

Ativos financeiros	Consolidado					
	2023			2022		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	75.913	75.913	-	36.145	36.145
Mútuos a receber	76.610	-	76.610	93.046	-	93.046
Contas a receber	61.079	-	61.079	54.233	-	54.233
Depósitos judiciais	-	748	748	-	669	669
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	35.792	35.792	-	17.152	17.152
	137.689	112.453	250.142	147.279	53.966	201.245

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	Controladora	
	2023	2022
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	38.650	20.667
Arrendamento	116	257
Dividendos a pagar	45.428	11.078
Empréstimos, financiamentos e debêntures	462.851	543.842
Uso de bem público – UBP	225	-
	547.270	575.844

	Consolidado	
	2023	2022
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	99.487	86.409
Arrendamento	6.108	6.255
Dividendos a pagar	45.479	11.123
Empréstimos, financiamentos e debêntures	655.021	751.515
Uso de bem público – UBP	225	-
	806.320	855.302

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2023 e 2022.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	75.913	36.145
Depósitos restituíveis e valores vinculados	35.792	17.152

- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iv) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

b) Derivativos

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

27. Eventos subsequentes

- **Cisão e incorporação**

1ª de fevereiro de 2024, foi realizado a cisão da sociedade Tangará Energia S.A, com a versão da parcela patrimonial correspondente a bens, direitos e obrigações da Geração Bioeletricidade Holding S.A. para a Energia Sustentável Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia, sociedade controladora da Tangará Energia S.A., o valor da parcela cindida foi no montante de R\$ 473.166, sendo R\$ 400.177 referente a parcela do investimento e R\$ 72.989 referente a mais valia alocada, tendo uma redução de capital em Tangará no montante total da cisão.

Em 14 de fevereiro de 2024 foi realizado a cisão total da Geração Bioeletricidade Holding S.A., com a incorporação da versão da parcela cindida pelas sociedades (i) Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.; (ii) Geração Biomassa Vista Alegre II S.A.; (iii) Geração Biomassa Santa Cândida I S.A. e (iv) Geração Biomassa Santa Cândida II S.A., de modo que a Geração Bioeletricidade Holding S.A. seja extinta, havendo sucessão integral em relação aos ativos e passivos referentes à parcela cindida pelas Incorporadoras de acordo com os percentuais abaixo:

- 10,10% da parcela cindida será incorporada por Vista Alegre I
- 23,15% da parcela cindida será incorporada por Vista Alegre II
- 3,25% da parcela cindida será incorporada por Santa Cândida I
- 63,5% da parcela cindida será incorporada por Santa Cândida II

De acordo com a justificação da cisão total os administradores entendem, que tal medida insere-se no contexto de reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios das sociedades Vista Alegre I, Vista Alegre II, Santa Cândida I e Santa Cândida II, visando otimizar sua estrutura e permitir que os acionistas das Companhias possam realocar tais ativos e passivos com maior

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes—Continuação

eficiência, sendo incorporados os ativos e passivos a seguir:

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	530
Contas a receber	50
Impostos a recuperar	15
Total do ativo circulante	595

Não circulante

Investimento	372.679
Imobilizado	107.994
Total do ativo não circulante	480.673

TOTAL DO ATIVO

481.268

Passivo

Circulante

Contas a pagar	8.101
Impostos e contribuições a recolher	1
Total do passivo circulante	8.102

Patrimônio líquido

Capital social	447.635
Reservas de lucros	25.531
Total do patrimônio líquido	473.166

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

481.268

Em 8 de Março de 2024, foi realizado a cisão da sociedade Tangará Energia S.A, com a versão da parcela patrimonial correspondente a bens, direitos e obrigações da Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A para a RNBL I Energética S.A.

De acordo com a justificação da cisão parcial os administradores entendem, que tal medida insere-se no contexto de reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da sociedade RN Holding, visando otimizar sua estrutura e permitir que os acionistas das Companhias possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência.

• Cisão e incorporação—Continuação

O valor da parcela cindida destinada a cisão à RNBL I Energética S.A., em 8 de março de 2024, de R\$ 399.517, sendo R\$177.359 referente a parcela do investimento e R\$222.158 referente a mais valia tendo uma redução no capital de Tangará de R\$ 399.517, conforme tabela abaixo:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes—Continuação

Parcela cindida de Tangará	2023
Investimento	177.359
Mais valia	222.158
Redução de capital	(399.517)

- **Acordo de Compra e Venda das Ações**

Em 29 de março de 2024, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por e entre, de um lado, Bioenergia Barra Ltda., na qualidade de compradora, e de outro lado, Investimento Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Santo Ivo Energética S.A., na qualidade de vendedores, e ainda, na qualidade de intervenientes anuentes, Geração Bioeletricidade Santa Cândida I S.A. e Geração Bioeletricidade Santa Cândida II S.A., com o objetivo da alienação e transferência de 100% das ações da Sociedade Santa Cândida II, após o cumprimento de condições precedentes estabelecidas contratualmente.

28. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 22 de maio de 2024.